

Vivas e louvores à ditadura: a elite política e a construção de representações legitimadoras do regime militar em Campo Maior-PI (1964-1978)

Cheers and praises to the dictatorship: the political elite and the construction of legitimizing representations of the military regime in Campo Maior-PI (1964-1978)

Caio Vinicius Silva Teixeira,¹ UFPI

Resumo

O presente artigo objetiva analisar as representações construídas por membros da elite política campomaiorense acerca da ditadura civil-militar de modo a legitimar esse regime perante a sociedade local. Percebemos que houve uma rápida adesão da elite política de Campo Maior-PI logo após a deflagração do golpe de 1964 que derrubou o presidente João Goulart e o regime democrático então vivido no país. Consideramos que tal apoio se deu devido à cultura política campomaiorense e problematizaremos essa questão à luz das contribuições teóricas de Bernstein (1997) e Motta (2009). Neste estudo, utilizaremos principalmente fontes produzidas pelo governo campomaiorense (1964-1978), analisando-as a partir da historiografia existente acerca do período estudado.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Representações; Campo Maior-PI.

Abstract

This article aims to analyze the representations built by members of the Campo Maior political elite about the civil-military dictatorship in order to legitimize this regime before the local society. We noticed that there was a rapid adhesion of the Campo Maior-PI political elite soon after the outbreak of the 1964 coup that overthrew President João Goulart and the democratic regime then lived in the country. We consider that such support was given due to the political culture of Campo Maior and we will discuss this issue in the light of the theoretical contributions of Bernstein (1997) and Motta (2009). In this study, we will mainly use sources produced by the Campo Maior government (1964-1978), analyzing them from the existing historiography about the period studied.

Keywords: Civil-Military Dictatorship. Representations. Campo Maior-PI.

O golpe de 1964 e a cidade de Campo Maior: entre legitimações, contradições e conflitos

Campo Maior é uma cidade localizada no centro-norte do estado do Piauí, a 84km da capital, Teresina. Entre as décadas de 1930 e 1940, a cidade passou por um intenso processo de modernização urbana, proporcionado pelo alto preço da cera de carnaúba, palmeira abundante na região (JESUS, 2020). Esse processo de modernização de Campo Maior se estende até o fim da década de 1970², quando a cera de carnaúba perde, de vez, seu prestígio

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: caiovsteixeira@gmail.com

² É importante ressaltarmos que esse processo de modernização em Campo Maior não é único, acontecendo, todavia, em diferentes momentos do período citado (1930-1970). Em 1930, a cidade começa a passar por uma intensa modernização, proporcionada pela cera de carnaúba. Entretanto, em 1947 data em que os preços da cera de carnaúba começaram a sofrer forte declínio, não podendo proporcionar o ritmo de crescimento urbano do momento anterior” (PEREIRA, 2015, p. 11). Posteriormente, Campo Maior voltará a receber intervenções com

no comércio, e quando se tornam escassos os recursos do governo militar que foram muito importantes para o desenvolvimento da cidade em anos anteriores. Nesse período, percebemos a continuidade de grandes famílias locais na política campomaiorense exercendo poder e influência na sociedade, que, com a ditadura civil-militar, terão que fazer novos arranjos políticos para manterem seu domínio e prestígio na cidade, adequando-se, assim, às exigências do novo governo.

Neste artigo, nossa proposta é analisar representações que foram construídas pela elite política campomaiorense, de modo a legitimar o golpe de 1964 e a ditadura subsequente perante a sociedade local, fazendo com que se entoassem louvores àquele regime na “Terra dos Carnaubais”³ e a população pudesse perceber aquele período positivamente para a história do Brasil. Por outro lado, compreendemos que tais representações não eram isentas de interesses por parte dos políticos locais, sendo que, com isso, era almejado não só apoiar os militares, mas também assegurar seu prestígio e poder políticos. Nesse sentido, devemos entender que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2000, p. 17).

Com isso pretendemos compreender como as representações construídas pela classe política campomaiorense tanto sobre os movimentos de esquerdas, como acerca da ditadura civil-militar contribuíram para que na cidade se silenciassem os movimentos opositores ao regime e se entoassem louvores aos militares sem, contudo, alterar a cultura política campomaiorense.

O processo de modernização iniciado na década de 1960 se estenderá até a década seguinte, proporcionando intensas transformações no viver cidadão, sendo que essas alterações no pensamento e no comportamento dos campomaiorenses produzirão efeitos também no novo regime político que passa a existir a partir de 1964. Além disso,

Na década de 1970, Campo Maior passará por transformações bem significativas com o crescimento populacional, a construção de obras de grande porte como o mercado municipal, a construção do Palácio das Carnaubas, nova sede da prefeitura, e a construção do terminal rodoviário Zezé Paz (JESUS, 2020, p. 69).

viés modernizador, impulsionado pelos ideários do governo militar, e tal processo será conduzido até o fim da década de 1970.

³ Expressão atribuída à Campo Maior devido à abundância da carnaúba no município.

E é nessa configuração histórica que a cidade de Campo Maior estará na ditadura civil-militar. Esse clima de desenvolvimento socioeconômico que Campo Maior se encontrará quando da deflagração do golpe de 1964 será fundamental para a legitimação da ditadura na cidade. A elite política municipal recebeu positivamente a notícia de que os militares haviam tomado o poder em 31 de março. Na Câmara Municipal, alguns dias após o golpe, os vereadores se manifestaram aplaudindo a ação dos militares. Na sessão realizada em 06 de abril de 1964, os principais articuladores do golpe foram louvados por todos os vereadores campomaiorenses:

Foi aprovado por *unanimidade* um requerimento de autoria do vereador Antonio Pedro Sobrinho solicitando constar na ata um voto de louvor aos eminentes brasileiros Ademar de Barros, Ildo Meneghet, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto e que se telegrafasse aos mesmos hipotecando inteira solidariedade pela atitude assumida pelos mesmos em face aos últimos acontecimentos verificados no Brasil. O vereador Antonio Wilson Andrade sugeriu que fossem também homenageados com voto de louvor os ilustres chefes militares que participaram do movimento. Referida solicitação foi também aprovada por unanimidade (CAMPO MAIOR, 1964, grifo nosso).

Esta é a primeira manifestação oficial ao golpe de 1964 registrada pelo poder político de Campo Maior (houve novas manifestações nas sessões seguintes, como veremos posteriormente). Menos de uma semana após o acontecimento, a Câmara Municipal demonstrou seu apoio àquela ação perpetrada pelos militares, o que nos permite observar que parte da sociedade campomaiorense já se configurava em um terreno fértil onde as ideias que justificaram aquele golpe dariam muitos frutos naquele sistema de governo que era implantado.

Essa atitude nos proporciona alguns questionamentos: o que fez com que todos os vereadores daquela legislatura apoiassem aquele golpe militar? Não houve margem para oposições àquela acontecimento em Campo Maior? E como a política local se organizou frente ao sistema político-partidário imposto pelo governo? Esses questionamentos podem ser entendidos analisando essa conjuntura por meio do conceito de “cultura política”.

O conceito de cultura política permite analisar como se dá o comportamento político de uma sociedade em uma determinada época, que fatores característicos dessa sociedade permitem tais comportamentos. Nesse sentido, a cultura política seria um:

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece

inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p. 21).

Assim, um determinado grupo político expressa suas representações, ou seja, sua ideologia, sua memória, seus ícones, seus símbolos, suas tradições nessa cultura política que possibilita, desse modo, uma leitura das relações existentes entre os fenômenos políticos, diferentes ou não em sua articulação, que preservam suas características básicas ao longo do tempo, pois “O valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição” (MOTTA, 2009, p. 22).

Dessa maneira, sob a luz da cultura política podemos compreender o que faz com que determinados grupos de pessoas tenha certos comportamentos políticos e quais elementos estão por trás desses comportamentos, das práticas e das representações construídas por esses grupos. Isso nos leva a entender que a cultura política “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN, 1997, p. 353).

Articulando essa concepção teórica com nosso objeto de estudo, compreendemos que a cultura política campomaiorense, cuja construção remonta a períodos anteriores à década de 1960, foi fundamental para que o golpe civil-militar fosse exaltado na cidade por políticos locais. Durante a experiência democrática (1945-1964), houve a predominância da UDN (União Democrática Nacional) e do PSD (Partido Social Democrático) – partidos com viés ideológico de direita – em Campo Maior que se revezavam no domínio do poder público municipal⁴, que se constituíam no canal de representação política dos latifundiários que dominavam a política na cidade, preservando as tradições da cultura política campomaiorense.

É válido conceituar, dessa forma, o que consideramos ser a “cultura política campomaiorense”, a partir do que já esboçamos a respeito deste conceito. Entendemos que ela expressa um conjunto de valores, normas, pensamentos e comportamentos políticos e sociais fortemente ligados à elite política local, concentrada nas grandes e tradicionais famílias políticas campomaiorenses, estruturadas em torno do comércio e de grandes latifúndios da cidade. Essa cultura política tem suas raízes, portanto, na histórica tradição política campomaiorense, em que poucas e ricas famílias exercem o poder na cidade.

⁴ Desde as eleições municipais de 1948, PSD e UDN dominaram a política campomaiorense. Durante o período democrático, a elite política local se organizou em torno desses partidos e, assim, dois grupos políticos se rivalizaram na cidade: um grupo que tinha como líder Sigefredo Pacheco, ligado ao PSD; e o outro liderado por Francisco Alves Cavalcante, ligado à UDN. Essas disputas ressoariam posteriormente na ditadura quando ambos os grupos se abrigariam na ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e manteriam suas rivalidades nas alas do partido.

Diante disso, podemos compreender os valores sociais e políticos daqueles que compunham o poder político campomaiorense quando da eclosão do golpe militar em 1964. Em sua grande maioria são herdeiros de uma tradição política que se faz presente na cidade ao longo de sua existência e que dita seus rumos na história, através de uma leitura comum do passado e de uma mesma perspectiva de futuro, os quais se relacionam com representações construídas sobre a sociedade. Campo Maior chega às vésperas do golpe militar sendo comandada por sua elite política que, a partir de seus valores e ideais forjados no seio da cultura política campomaiorense, apoiou aquele movimento político.

Os dados da última eleição municipal ocorrida na cidade antes do golpe (1962) demonstram a permanência dessa tradição política: a grande maioria dos vereadores eleitos,⁵ assim como o prefeito que venceu a disputa, João de Deus Torres,⁶ e o seu vice, Agenor Leite Melo,⁷ eram da UDN. Dessa forma, a representação política de Campo Maior nas vésperas do golpe militar de 1964 era homogeneamente composta por políticos historicamente ligados a partidos e grupos de direita que, trazendo consigo os valores e características de uma forte tradição política, exercida por famílias ligadas ao comércio e ao latifúndio de gado e de carnaúba, que detinham o poder local, manifestou seu apoio àquele movimento político, nos permitindo notar a influência da cultura política campomaiorense nesse momento de grande crise política e social brasileira. É este o cenário político de Campo Maior em 1964.

Uma vez consumado o golpe, os vereadores campomaiorenses manifestaram seu apoio ao movimento que derrubara o presidente João Goulart. Como vimos no início, no dia 06 de abril um dos parlamentares requereu um voto de louvor aos militares que articularam o golpe, e essa ação se repetiu na tribuna da Câmara Municipal também no dia seguinte, desta vez com o vereador Francisco Chagas Campos Pereira, que:

[...] referiu-se à recente crise política que abalou o país fazendo referências elogiosas aos governadores Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Magalhães Pinto e Ildo Meneghetti e aos chefes militares como Humberto de Alencar Castelo Branco, Justino Alves, Amaury Kruel, Mourão Filho e outros que tão bravamente souberam cumprir seu dever contra atitude criminosa de inimigos da Pátria. Terminando suas palavras solicitou constar de ata um voto do mais profundo louvor em homenagem àqueles que tão heroicamente souberam *defender a Pátria do jugo comunista*. Referida solicitação foi aprovada por unanimidade (CAMPO MAIOR, 1964, grifo nosso).

⁵ Os dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) referentes às eleições de 1962 não trazem informações precisas quanto aos vereadores eleitos e quais os seus partidos. Entretanto, os concorrentes eram todos da UDN e do PSD.

⁶ Foi prefeito de Campo Maior entre 31/01/1963 e 31/01/1967. Foi médico e político e em seu mandato construiu várias obras na cidade, dentre elas o posto do SAMDU (Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência) e a Maternidade Sigefredo Pacheco.

⁷ Foi vereador em Campo Maior pela UDN (1948-1959).

Essa fala demonstra o conhecimento dos vereadores da situação política do Brasil, fortemente marcada por uma polarização ideológica: comunismo x anticomunismo, sendo este “um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira” (MOTTA, 2000, p. 13). Isso mostra que os parlamentares campomaiorenses não eram alheios à situação do país e que seu pensamento estava aliado ao das forças que tomaram o poder. Com isso, podemos ver que a política campomaiorense estava dialogava com a política nacional e como o discurso anticomunista, proferido nas cadeiras do parlamento de Campo Maior, foi instrumentalizado para fins políticos também nessa cidade.

Conforme observamos anteriormente, essa legislatura da Câmara Municipal era representante da forte tradição política de Campo Maior, que norteava seus interesses no âmbito de sua cultura política. Sendo assim, podemos compreender a natureza desse discurso do vereador a partir de valores dos quais ele era um dos porta-vozes e que intencionava projetar como um anseio para toda a cidade, uma vez que o discurso de um ator político tem como finalidade principal promover uma verdade em razão (CHARAUDEAU, 2006). Sua raiz está nos valores da sociedade campomaiorense, fortemente ligada à religião cristã, à moral e à família, que assim como as forças políticas e sociais que engendraram o golpe militar via no comunismo o inimigo a ser combatido e seus adeptos como criminosos dignos de punição.

Ao proferir aquele discurso na Câmara Municipal o vereador não demonstra somente seu apoio aos militares que tomaram o poder, mas também se liga ao pensamento ideológico dos novos governantes do país, manifestando a adesão da política campomaiorense ao novo regime. Observamos que o poder legislativo municipal se congratulou com o golpe de 1964 de maneira entusiasmada, produzindo discursos e representações que intencionavam legitimar na cidade o novo regime, pois “(...) a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de trazê-lo à memória e ‘pintá-lo’ tal como ele é” (CHARTIER, 2002, p. 74).

Contudo, é imprescindível salientar as tensões sociais e políticas existentes na cidade concernentes à crise política que culminou na derrubada do presidente João Goulart através de um golpe de Estado, as quais aqueles discursos enaltecedores do golpe pretendiam negligenciar, passando uma imagem de que toda a cidade de Campo Maior estava unida em apoio aos militares. Diferentes realidades políticas e sociais eram vividas e sentidas na cidade

e isso nos proporciona compreender as diferentes maneiras como grupos sociais distintos presenciaram e se relacionaram com o golpe de 1964.

No início da década de 1960, Campo Maior foi palco de intensas ações de movimentos de esquerda que ganharam força no Piauí e no Brasil. Essas ações têm origem no quadro sócio-político-econômico da cidade entre as décadas de 1940 e 1960, em que os trabalhadores rurais locais eram explorados pelos grandes latifundiários e não tinham nenhuma assistência do poder político que, pelo contrário, contribuía para a continuidade dessa situação. O historiador Ramsés Sousa, em sua dissertação de mestrado, aponta que:

As altas rendas cobradas pelo uso da terra, a venda antecipada dos produtos aos fazendeiros por necessidade, o trabalho gratuito ao proprietário da terra em certos dias da semana, bem como outras obrigações excessivas decorrentes da relação com o proprietário, são elementos que ajudam a compreender, a experiência de exploração dos camponeses piauienses do início dos anos 1960 (SOUSA, 2015, p. 38).

Os lucros da comercialização da cera de carnaúba ficavam nas mãos dos grandes fazendeiros da região. Campo Maior é uma cidade rodeada por grandes fazendas que, ao longo do tempo, foram palco de conflitos entre latifundiários e trabalhadores rurais. Estes, historicamente impedidos de acessar a terra como sua propriedade, encontravam nas fazendas uma forma de sobrevivência em que colocavam seu trabalho a serviço dos fazendeiros para cultivarem porções de terra, em que o pagamento era feito com parte do que se produzia.

Porém, muitas vezes os camponeses eram explorados pelos latifundiários, dando origem a conflitos violentos em que era comum a expulsão dos trabalhadores das terras, agredidos, perseguidos ou, até mesmo, assassinados. “Não raro estes conflitos eram resolvidos através da força, com a expulsão dos agregados das terras do proprietário sem nenhum prazo e tão pouco o recebimento de nenhuma indenização por benfeitorias ou plantações” (SOUSA, 2015, p. 196). A autoridade dos fazendeiros era imposta através da violência em que os camponeses eram submetidos a uma humilhante situação de vida, na qual

Havia uma determinada coerção e privação dos direitos civis, políticos e econômicos lançada aos camponeses, como: o monopólio de venda de produtos agrícolas (coco-babaçu, dentre outros), a imposição de preço dos produtos cultivados a serem comercializados, a ação política e arbitrária por parte dos proprietários de terra, a proibição dos lavradores exercerem uma atividade recíproca de trabalho em si (recuperar através de trabalhos coletivos cercas, cobertura de casas, etc.), a alta taxa cobrada pela ocupação da terra (renda) além de outras arbitrariedades (ATANÁSIO; ROCHA, 2013, p. 78).

Esse era o cenário de Campo Maior – e do Piauí – nesse período. Conflitos por terra entre latifundiários e camponeses marcavam as relações políticas e sociais na época. Essa disputa se dava também em muitos outros lugares do Brasil, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) aparece como um aliado nas lutas camponesas. E é nesse contexto que surgem as Ligas Camponesas, que:

[...] também podem ser tomadas como uma arena privilegiada para compreender a construção desta relação entre comunistas e camponeses no Piauí, sem reduzi-la a qualquer um dos polos em questão. Foi nestas terras áridas, durante os anos 1950/60 que os lavradores daquele Município, entre eles Luís Edwiges e seus irmãos, começaram a discutir as dificuldades cada vez maiores dos lavradores para manter as obrigações com os fazendeiros e, ao mesmo tempo, sobreviver (SOUSA, 2015, p. 229).

As péssimas condições de vida daqueles lavradores contribuiu para o surgimento de um sentimento de revolta contra seus patrões e o desejo de mudar aquela situação. Influenciados pelas notícias de movimentos de lavradores em alguns lugares no Piauí e no Brasil, um grupo de camponeses campomaiorenses, liderados pelo senhor Luís Edwiges, se reuniram em março de 1962, na localidade Matinhos, em Campo Maior, dando origem às Ligas Camponesas na cidade, sendo provavelmente “revestida de um significado especial para aqueles camponeses que se reuniram nos ‘Matinhos’, algo como um signo de esperança em meio às degradantes condições de vida em que viviam” (SOUSA, 2015, p. 227).

Esse acontecimento marca o início da organização dos movimentos de esquerda em Campo Maior, em que, impulsionados pelo contexto político brasileiro, dezenas de trabalhadores campomaiorenses passaram a reivindicar melhorias nas suas condições de vida e de trabalho. O objetivo do movimento era, sobretudo, fortalecer os camponeses na luta pelos seus direitos e por dignidade.

Luís Edwiges, ao lado de seu irmão, José de Ribamar Osório Lopes, se tornará um dos principais nomes dos movimentos sociais no Piauí em torno das Ligas Camponesas. Essa forma de organização dos trabalhadores rurais indica a presença de ideias contrárias às que balizaram o golpe de 1964 e que, posteriormente, seriam empregadas também na perseguição a esses movimentos, demonstrando a contraposição de ideias e forças existentes no campo social e político em Campo Maior no período.

Como uma das principais lideranças dos movimentos sociais na cidade, após o golpe militar Luís Edwiges foi perseguido, haja visto que era entendido como um perigo para o governo por defender ideias e levantar bandeiras em prol dos trabalhadores, contra os

latifundiários. Em entrevista concedida aos historiadores Ramsés Pinheiro e Phelipe Cunha, ele conta que:

[...] depois do golpe militar derrubaram o governo eu ainda queria resistir ao golpe militar mas *num* tive condição, porque *num* tinha como... mas eu *escapoli* aqui, eles vinham me prender e eu *escapoli*, eu tinha a forma de saber das coisa, as coisa que acontecia por lá tinha uma pessoa que via lá e dizia cá a outra cá, e a outra cá dizia aqui e eu aqui, e eu aqui *capava o gato* por um lado e por outro [...] (LOPES, 2010).

Luís Edwiges nos mostra que, não obstante seu interesse em resistir ao golpe não teve forças e meios de fazê-lo. A explicação podemos encontrar, entre outras coisas, na própria elite política campomaiorense que, sendo constituída em grande parte por latifundiários locais, viu no golpe de 1964 a manutenção de seu domínio na cidade e, assim, contribuiu para perseguição daqueles que ameaçavam seu poder. A partir disso, podemos perceber a força da cultura política campomaiorense atuando contra os trabalhadores rurais e silenciando grupos que poderiam enfrentar o regime que era instaurado.

Porém, não somente as Ligas Camponesas fizeram parte daquele cenário conflituoso de Campo Maior nas vésperas do golpe militar. Como fruto também daquela conturbada situação político-social das décadas de 1940-1960, será fundado em Campo Maior, no dia 12 de junho de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, tendo Antonio Damião de Sousa como seu primeiro presidente. Era mais uma forma de organização dos lavradores campomaiorenses frente à condição de exploração em que aqueles grupos de pessoas foram, historicamente, submetidos. Assim como Luís Edwiges, Antonio Damião foi perseguido e preso pelos militares por conta de sua atuação em favor dos trabalhadores no município. Sobre esses momentos ele conta que:

Como uma das lideranças dos trabalhadores rurais, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior, no período do Golpe Militar fui preso e torturado. Isto aconteceu e foi provocado pelos latifundiários [...], a bem da verdade fui preso, torturado, caluniado, perseguido pela ditadura militar e pelos latifundiários. Passei trinta e três dias preso, incomunicável no quartel do 25º BC. Sofri todo tipo de tortura [...]. Psicológica: na porta da prisão eles ficavam comentando: “chegaram três presos aqui e como não tem lugar, vamos leva-los para Fernando de Noronha”. Físicas: [...] não me esquecerei nunca o dia 16 de abril de 1964, os militares, à meia-noite me retiraram da cela onde estava preso e me levaram até o rio Poti, me amarraram e com toda crueldade me jogaram dentro daquele rio que, por sinal, estava muito cheio. Mas, com a ajuda de Deus e de dois pescadores, fui salvo (SOUSA, 2015, p. 24).

A partir desse relato, podemos observar que no mesmo período em que na Câmara Municipal de Campo Maior eram entoados vivas e saudações enaltecendo o golpe de 31 de

março de 1964, o senhor Antonio Damião já se encontrava preso e torturado, sofrendo tentativas de assassinato. Temos, assim, duas realidades que se contrapõem, dois cenários que mostram as diferentes faces do regime militar em Campo Maior: de um lado, a euforia do poder público municipal exaltando os militares pelo golpe que tinham deflagrado; de outro, um líder dos movimentos sociais locais sendo torturado por militares que o tinham como uma ameaça. Isso revela as tensões existentes em Campo Maior naquele momento e nos indicam que diferentes representações daqueles golpe foram sentidas na cidade.

A prisão desses trabalhadores rurais após a instauração da ditadura denota a existência da perseguição dos militares aos seus opositores em terras campomaiorenses fazendo-se sentir nessa cidade o que foi feito em diversas partes do país. Com isso, podemos notar que, embora a elite política local demonstrasse apoio ao novo regime, havia em Campo Maior grupos que se colocavam contra a ditadura que passava a vigorar no Brasil, o que mostra a existência de conflitos políticos e ideológicos na cidade em contraposição à pretensa imagem de unidade em torno da legitimação do novo governo que o poder público local intencionava demonstrar.

Os períodos iniciais de institucionalização da ditadura foram conturbados em Campo Maior, sobretudo com as prisões desses líderes sociais, nos permitindo perceber que, no início, o regime militar não possuía larga legitimação na cidade. Tal legitimação seria construída posteriormente, com o silenciamento dos movimentos de esquerda e a articulação entre grupos políticos e sociais que, alicerçados na cultura política campomaiorense, produziram redes de consentimento e consenso ao novo regime, construindo representações que o legitimariam na cidade campomaiorense.

Com a emergência do golpe militar em 1964, e sem contar com nenhum apoio dos representantes políticos da cidade, esses movimentos foram perseguidos em Campo Maior. Luís Edwiges e Antonio Damião foram presos, torturados, tiveram suas vidas ameaçadas, fazendo com que as resistências ao golpe de 1964 fossem silenciadas na cidade, uma vez que a perseguição que sofreram serviu como exemplo do que aconteceria com quem se opusesse ao novo regime. Assim, Campo Maior teve as vozes das oposições ao regime militar silenciadas e a cidade, impulsionada por sua cultura política, passou a ser um palco de louvores ao governo militar onde seus discursos e ações foram fortemente empreendidos.

Representações legitimadoras da Ditadura Civil-Militar em Campo Maior-PI

Os louvores ao golpe de 1964 empreendidos por parlamentares campomaiorenses e as prisões de líderes de movimentos no mesmo período revelam as tensões locais existentes já no início da ditadura, em que discursos políticos municipais eram proferidos com a intenção de

exaltar o novo governo, mas também silenciando as ações dos grupos que faziam oposição aos militares. Aquele pretense apoio unânime que vimos ser evocado na Câmara Municipal não era refletido em outras esferas da sociedade campomaiorense, o que demonstra que o golpe foi recepcionado de diferentes maneiras na cidade.

Observamos anteriormente que o legislativo campomaiorense aderiu àquele golpe desferido e contra a democracia brasileira, atuando para legitimá-lo e exaltá-lo. A mesma euforia vista nos discursos pronunciados no calor dos acontecimentos ainda era percebida na Câmara de Vereadores de Campo Maior anos depois. Na comemoração do aniversário de cinco anos do golpe, um dos parlamentares campomaiorenses proferiu um discurso que é a mais completa manifestação de apoio à ditadura civil-militar vista em Campo Maior. Assim o vereador Joaquim Mamede Lima⁸ expressou seu apoio ao governo militar na Casa Legislativa campomaiorense em 1969:

Em verdade, acontecimento desta natureza não pode ficar no esquecimento, dada a importância para os destinos desta grande nação, que desde o dia 7 de setembro de 1822 tornou-se livre e independente para não ser mais colônia de ninguém. Todos nós ainda lembramos perfeitamente daquela situação caótica que se apoderou da vida nacional, com objetivo inconfessável de ocasionar um ambiente propício à instalação no Brasil de um regime incompatível, sob todos os aspectos, com a nossa tradição de povo democrático e cristão. Felizmente os inimigos da pátria não conseguiram concretizar seus funestos objetivos graças ao civismo mais uma vez comprovado das nossas forças armadas, que para tanto contaram com o apoio decidido da família e do povo brasileiro (CAMPO MAIOR, 1969).

Joaquim Mamede Lima era vereador pela ARENA, eleito em 1966, e foi eleito vice-prefeito de Campo Maior em 1976, assumindo o comando da cidade no ano seguinte com a morte do prefeito José Olímpio da Paz. Ele é uma das figuras mais protagonistas da política campomaiorense. “Era um parlamentar crítico dos movimentos sociais e dos sindicatos de esquerda de Campo Maior que lutavam contra o regime militar” (CHAVES, 2018, p. 149), o que pode inseri-lo na cultura política campomaiorense.

Nesse trecho de seu discurso, ele evoca a Independência do Brasil de 1822 para manifestar a noção de que os militares tinham, novamente, trazido a liberdade ao país. Mais uma vez vemos na fala de um político campomaiorense a presença do comunismo como um inimigo a ser combatido, que colocava em risco a tradição democrática e cristã do povo brasileiro. O anticomunismo, presente na fala do parlamentar, “foi um dos principais

⁸ Joaquim Mamede Lima foi um empresário e político, nascido em Graíras-CE (1934). Foi vereador de Campo Maior, pela ARENA, por duas legislaturas, e foi eleito Vice-prefeito da cidade em 1976, assumindo o executivo municipal no ano seguinte, quando da morte do prefeito José Olímpio da Paz (LIMA, 1995).

argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira [...]” (MOTTA, 2009, p. 13), e aquele personagem político campomaiorense exalta os responsáveis por combater o *perigo vermelho* que rondava na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o parlamentar corrobora com a ideia defendida pelos militares de que o golpe militar de 1964 “[...] foi empreendido sob bandeiras defensivas. [...]. O que a maioria deseja era *salvar a democracia*, a família, o direito, a lei, a Constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma civilização ocidental e cristã” (REIS, 2014, p. 41). Além disso, o vereador destaca o apoio da família e do povo brasileiros, contribuindo para mostrar o caráter civil daquela tomada de poder.

No suposto ideário de democracia propagado pelos militares encontrava-se a defesa dos valores sociais, sustentados na tradição da religião cristã, que seria um dos sustentáculos da preservação da ordem da sociedade brasileira. E o regime procurava se legitimar colocando-se como um defensor desses valores para com isso justificar suas ações contra os que se colocassem em lado oposto (REZENDE, 2013). O discurso do vereador continua:

Depois de cinco anos de Revolução, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, pode-se afirmar que por toda parte tem sido sensível o progresso, pois os dinheiros públicos não são malbaratados impunemente, à exemplo do que ocorria, em muitos casos, antes da Revolução. Em todos os setores administrativos está havendo eficiência, moralidade, ordem e trabalho bem planejados o que constitui esperança para um Brasil que marcha desassobradamente em busca dos seus verdadeiros destinos que são o progresso contínuo, de paz social e liberdade perene (CAMPO MAIOR, 1964).

Na visão do parlamentar, esses cinco primeiros anos de governo militar já tinham produzidos bons frutos para o país. Ele destaca um respeito ao dinheiro público que, segundo seu ponto de vista, não existia no Brasil antes da “revolução”. Para o vereador, o país estava caminhando rumo ao desenvolvimento até alcançar o progresso, a paz social e a liberdade. Contudo, é possível afirmar que essas palavras não eram expressavam somente o pensamento desse vereador, mas sim que da tribuna da Câmara Municipal de Campo Maior ele se colocava como um porta-voz dos setores conservadores da sociedade campomaiorense, como os latifundiários e os grandes comerciantes, que temiam que seu domínio pudesse ser atingido pela ideologia comunista (CHAVES, 2018).

Ao pronunciar aquele discurso, o vereador intenciona produzir uma verdade sobre um contexto histórico e fazer com que isso reverbere na população campomaiorense. Como temos observado, a Câmara Municipal de Campo Maior foi um importante local de fabricação de representações legitimadoras do regime militar, e através de seus discursos os parlamentares

projetavam imagens do governo para legitimá-lo na sociedade e assim fazer com os campomaiorenses comungassem dos valores que o sustentavam e também se sentissem seus participantes, pois um “discurso político é sempre um discurso dirigido e, ao mesmo tempo, os receptores desse discurso, os cidadãos são parte integrante dele” (CHAREADEAU, 2006, p. 268).

Joaquim Mamede Lima profere essas palavras pouco mais de quatro meses após a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que dotou o regime de poderes arbitrários, autorizando a tortura, a cassação de mandatos políticos e o fechamento do Congresso Nacional, por exemplo, se constituindo no endurecimento do regime militar. Com isso, é importante notar como o discurso do vereador estava atrelado aos ideais do governo. Como ele fala em um momento de celebração do aniversário do golpe civil-militar, negligencia as ações arbitrárias dos militares, preferindo enaltecer aquilo que, para ele, é motivo de exaltação para o Brasil. Na última parte de seu discurso, Mamede Lima ainda nos deixou importantes colocações:

Os autênticos brasileiros desejam que a Revolução cumpra até o fim as suas elevadas finalidades, pois somente assim o Brasil consolidará como forma de governo, a democracia.

Senhor presidente e senhores vereadores, estamos vendo vez por outra elementos que, até ontem revolucionários, vivem a falar constantemente da atuação benfazeja da Revolução, mesma demonstração incoerente de atitudes e de princípios ideológicos são inimigos ocultos deste atual estado de coisas pelos quais está passando o Brasil, para a felicidade de seu povo fingem ser adeptos do movimento revolucionário de 31 de março de 1964 para poderem salvar a pele e também inteirar-se de tudo aquilo que planeja o governo em benefício do povo e das instituições. Tenhamos cuidado com esses lobos em pele de cordeiro. (CAMPO MAIOR, 1969).

Em sua fala, Joaquim Mamede Lima faz referência ainda a um outro ponto que é muito presente nos discursos militares e que, na verdade, se constitui como um dos pilares de suas ações, qual seja a ideia de que o Brasil estaria sendo guiado pelos militares rumo à democracia plena. O parlamentar compartilha desse ideal, que se assentava em um suposto sistema de ideias e valores democráticos, mas que, por outro lado, escondia a natureza autocrática da legitimidade do regime (REZENDE, 2013).

Diante desses discursos, podemos entender as relações existentes na construção dessas falas. Esses homens, experientes políticos campomaiorenses, eram herdeiros de uma tradição política que se via ameaçada pelos ideais defendidos por grupos sociais vinculados – ou não – a partidos de esquerda e que lutavam por melhorias nas condições de vida das pessoas historicamente desprestigiadas social e economicamente. Portanto, expressavam discursos que

visavam combater esses interesses, se coadunando com os ideais do governo militar, reproduzindo-os em Campo Maior.

Como “o campo político é um domínio onde se movem relações de força simbólicas para a conquista e a gestão do poder” (CHARAUDEAU, 2006, p. 267), os discursos proferidos por parlamentares campomaiorenses revelam seus interesses em manter a tradição política local, forjada no âmbito dos grandes latifúndios e comércios locais, nos quais grande parte dos políticos campomaiorenses têm sua origem social, política e familiar, condenando os que se colocassem contra os seus objetivos.

Considerando o discurso como fruto de seu tempo, como resultado de uma rede de relações políticas, sociais e culturais na qual está inserido o sujeito que o produz, compreendemos que ele não é um elemento isolado em seu espaço e/ou em seu tempo. Este discurso resulta da cultura política campomaiorense, alicerçada em representações de grupos e sujeitos que fizeram de si e de outros, e que não são neutras, mas “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 2000, p. 17). Estabelece também uma relação com o discurso produzido pelos militares carregado de valores que os mesmos objetivavam inculcar na sociedade como o anticomunismo, a ordem, o progresso.

Além disso, encontraram nos ideais dos militares, e dos demais grupos que articularam o golpe militar de 1964, um respaldo para os seus interesses locais, sintonizando-se com o discurso proveniente do governo militar, revelando os desejos de poder presentes nas falas, e que constituem um aspecto intrínseco ao discurso (FOUCAULT, 1996). Ou seja, ao passo que se faziam apologias aos militares no poder, se lutava para manter o domínio político na cidade.

A emergência desses discursos em Campo Maior corrobora para afirmar a presença do regime militar na cidade, demonstrando como a política campomaiorense estava “[...] afinada com a ‘teoria da conspiração’ criada pelos setores conservadores da sociedade brasileira para combater qualquer tentativa do governo Jango de implantar as famosas reformas de base que trariam mudanças significativas para o Brasil [...]” (CHAVES, 2018, p. 74), confirmando como a classe política campomaiorense estava comprometida com o governo militar.

A construção de representações glorificadoras do regime militar em Campo Maior contou também com a colaboração da imprensa local da época. O jornal *A Luta*⁹ produziu

⁹ Semanário editado em Campo Maior entre 1967 e 1979, fundado por Raimundo Antunes Ribeiro, mais conhecido como Totó Ribeiro. Tinha limitada circulação na cidade e região, com tiragem de 200 exemplares em

matérias que contribuiriam para enaltecer a ditadura na cidade, fazendo com que parte da população local legitimasse aquele governo. O periódico contribuiu nessa rede de produções de sentidos do tempo da ditadura, congratulando-se enfaticamente com o regime, produzindo representações que o legitimavam. Desta maneira o semanário se posicionou em relação ao aniversário de cinco anos da “Revolução”:

O País inteiro comemora amanhã o quinto aniversário da Revolução de 1964, graças à qual o Brasil iniciou uma das mais importantes eras de sua História, renovando de maneira sensível suas instituições justamente numa época em que o mundo atravessava uma série de transformações tanto importantes para a Humanidade pelo grande avanço das ciências quanto significativas pelas mudanças que se operam no campo social (A LUTA, 30 mar. 1969).

É válido destacar que essa publicação foi feita meses depois da edição do Ato Institucional nº 5, que acirrou a censura, a tortura e a repressão no país. Isso demonstra a conivência do jornal com o sistema repressivo da ditadura, em que os crimes cometidos pelos militares eram deliberadamente esquecidos, em prol da celebração do regime. Dessa forma, é possível afirmarmos que o jornal *A Luta* opera um esquecimento comandado (RICOEUR, 2007) dos atos discriminatórios do regime para celebrar as supostas conquistas da “revolução”, pois:

Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão coletiva [...]. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela (RICOEUR, 2007, p. 455).

Diferentes discursos podem ser produzidos sobre os acontecimentos e fenômenos históricos e sua construção leva em conta as representações de quem os produz. Nessa articulação, determinados elementos são selecionados para serem lembrados em detrimento de outros, que são condenados ao esquecimento de modo a atender determinados fins. Assim, é operacionalizada uma *estratégia de esquecimento*, em que se oculta certos fatos, evitando narrá-los, “(...) e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um não-querer-saber” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Não obstante a aspiração de legitimidade para seu governo, para os militares era preciso, além de reprimir os subversivos, imprimir nos brasileiros crenças e valores do regime, provocando-lhes um sentimento de euforia, glorificando e exaltando o governo e dando vivas aos generais-presidentes. Em 1972, o jornal *A Luta* torna a expressar suas congratulações para com o regime autoritário, como podemos ver na matéria a seguir, acerca do 8º aniversário do golpe de 1964:

Oito anos de Brasil novo são passados. Quando a 31 de março de 1964, *a Pátria foi salva do caos*, abriram-se lhe as portas do desenvolvimento. Naquela data histórica, homens de nobreza espiritual e patriótica conduziram a Nação de vales sombrios, então presa que estava de homens mesquinhos, para os planaltos resplandcentes, onde pode ser vista, bela e rica, por todos os povos do mundo. Eis agora o Brasil transformado, saído há oito anos de tenebroso marasmo e do perigo da tirania esquerdista, da fatal desgraça, para o reinado da liberdade irrestrita, muito amada e salvaguardada, até, com a morte, por noventa milhões de almas verde e amarelas (*A LUTA*, 30 mar. 1972).

Podemos observar a constituição desse documento histórico como um ponto importante para entender os objetivos dessa matéria. As condições sociais e políticas do momento permitiram que esse texto fosse fabricado, destacando aos campomaiorenses os valores da “revolução de 1964”. Jacques Le Goff nos lembra que o documento “é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. (...). Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro (...) determinadas imagens de si próprias” (LE GOFF, 2013, p. 495-497).

Nesse sentido, podemos apreender que a elaboração desse documento é produto de relações políticas existentes no âmbito de uma ditadura e que se propõe a deixar registrado para o futuro uma imagem positiva do regime, no qual “O conjunto daqueles eventos [de março de 1964] se torna referência memorável que deveria servir para instruir o presente e ‘iluminar’ o futuro do país, fazendo de 1964 um monumento que difundia uma dada representação histórica para o país” (SILVA, 2011, p. 146).

Mais uma vez, o passado é evocado no discurso celebrativo do golpe no jornal para legitimar o presente. Assim, podemos perceber como o discurso da ditadura foi recebido pelo jornal e como esse meio de comunicação construiu representações que exaltavam aquele regime – se relacionando com o discurso político local –, através da fabricação e divulgação de seu próprio discurso sobre aquele contexto histórico, articulando fatos do passado e do presente na produção de um sistema de representações que desejava transmitir sobre o regime, visto que:

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência (CHAREADEAU, 2013, p. 47).

Dessa maneira, compreendemos a relação construída em Campo Maior com o momento vivido no país e como isso era refletido na cidade na produção de representações legitimadoras do regime na cidade, pois “A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social” (CAPELATO, 1986, p. 34). Campo Maior, e o jornal *A Luta*, estavam fortemente relacionados com a ditadura militar, atuando numa articulada rede de produção de sentidos sobre o regime em que:

As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade (MOTTA, 2009, p. 23).

Em 1974, observamos mais uma mensagem de louvor à “revolução” de 1964 propagada por um político campomaiorense. Desta vez, o chefe de Executivo Municipal, o prefeito Dácio Bona¹⁰, parabenizou os militares pelo feito realizado uma década antes, demonstrando a continuidade do apoio ao regime autoritário, não obstante os contínuos ataques que cometeram na sociedade ao longo desses anos:

No aniversário de mais um aniversário da Revolução de Março de 1964, nada mais justo do que levar a toda a população de nosso Município as melhores congratulações pelo clima de segurança, de ordem absoluta, de respeito ao direito, geradores do ambiente propício ao franco desenvolvimento por que passa a Nação brasileira. Tudo isso devemos ao elevado espírito de responsabilidade e de amor ao Brasil do soldado brasileiro que, não aceitando o desafio da demagogia, os acenos mirabolantes da subversão, souberam em boa hora salvar a Pátria da grande derrocada. Foram, sem dúvidas, as Forças Armadas, com o apoio maciço do povo que nos legaram tudo o que estamos vendo e participando ativamente: um Brasil progressista, uma Pátria unida pela ordem, pelo amor, pelo trabalho de seus filhos.

¹⁰ Foi prefeito de Campo Maior entre 01/02/1973 e 31/01/1977 e vice-prefeito entre 31/01/1955 e 31/01/1963. Em sua administração são destacadas, entre outras obras, a construção da nova sede da prefeitura – o Palácio das Carnaúbas –, a conclusão do terminal rodoviário Zezé Paz, e a implantação do sinal de TV da Rede Globo.

Campo Maior, 31 de março de 1974 – Dácio Bona – Prefeito Municipal (A LUTA, 31 mar. 1974).

Passados dez anos de vigência do estado autoritário, discursos enaltecendo o regime militar ainda podiam ser ouvidos em Campo Maior, desta vez, pronunciado pelo prefeito municipal em um aniversário de uma data simbólica da ditadura. Dácio Bona é oriundo de uma das mais tradicionais famílias políticas campomaiorenses que exerceram o poder na cidade durante muitos anos. Do seio daquela cultura política, na qual ele tem suas raízes, ele convida os campomaiorenses a louvar a “revolução” pelos dez anos de sua vigência, destacando supostas conquistas que ela teria conquistado para a população, e contribuindo para que fossem sendo fabricadas representações glorificadoras do regime na cidade e, ao mesmo tempo, inscrevendo-o na memória dos campomaiorenses.

Três anos depois, em 1977, da Câmara Municipal de Campo Maior nos chega novamente mais um registro no qual são construídos louvores ao golpe e aos seus articuladores. Desta vez, foi o vereador Carlos Augusto de Oliveira que, ao ser eleito líder da Arena na Câmara Municipal em 15 de fevereiro de 1977, usou a tribuna para prestar honras aos militares pelo seu feito de 1964 e o regime político em vigor. Em seu discurso, o parlamentar afirma:

[...] Conscientizado também estou que para aqui viemos pela vontade popular e como tal não podemos, em nenhum momento e sob a pena de perdermos a autoridade do mandato, deixar de sermos sensíveis aos anseios do povo [...] que também sabe ser valente, que sabe empenhar a bandeira da revolução e com ela se identifica, concorda e mesmo discorda em alguns de seus atos, mas nunca a contesta pois que no seu contexto está inserido já que este povo é a própria revolução que foi feita por ele e para ele. [...].
Como líder da Aliança Renovadora Nacional [...], tudo farei para dentro das minhas limitações tornar cada vez mais aceso o fogo da Revolução de 31 de março, coerente que sou não só com meus ideais de revolucionário de primeiríssima hora, mas principalmente coerente com o próprio cargo de líder na Câmara Municipal de Campo Maior do partido político que vem apoiando os governos revolucionários, partido esse que é a Aliança Renovadora Nacional (CAMPO MAIOR, 1977).

O vereador fala em nome de todos os parlamentares da ARENA e em seu discurso são cobertas todas as disputas internas que possam existir, mostrando como a Casa Legislativa campomaiorense estava em sintonia com os ideais da “revolução de 1964”. Carlos Augusto faz menção à população de Campo Maior dizendo que ela empenha e se identifica com a “bandeira da revolução”, numa demonstração de que a política e a sociedade campomaiorenses, em seu ponto de vista, caminhavam juntas nos caminhos desejados pelo governo militar.

O parlamentar profere essas palavras em um contexto em que as condições políticas já se encaminhavam para o fim do bipartidarismo, mas ainda são carregadas dos mesmos valores e objetivos de 1964, sendo que ainda se manifesta a noção de “revolução” que era a base das decisões políticas do regime. Podemos entender essa questão na perspectiva de Serge Bernstein, para quem os “[...] dirigentes políticos e eleitos, militantes e eleitores simpatizantes vivem num certo clima cultural que faz com que as próprias palavras que empregam sejam uma referência implícita à doutrina sem que seja necessário exprimi-la [...]” (BERSTEIN, 2003, p. 87-88).

No ano seguinte, mais uma vez a o poder público de Campo Maior demonstrou congratulações com a data festiva do dia 31 de março. Em 1978, a prefeitura municipal decretou ponto facultativo em todas as repartições públicas, considerando que naquela data se comemoraria o “14º aniversário da revolução brasileira, data em que se comemora em todo o território nacional solenidade cívica” e considerando ainda que o município apresentaria uma “programação festiva, alusiva à grande data” (CAMPO MAIOR, 1978).

A partir disso, podemos perceber que, passados 14 anos de governo autoritário, em cujo espaço de tempo intensas transformações foram implementadas na política e na sociedade brasileiras, no qual houve a institucionalização do regime ditatorial e supressão de direitos dos cidadãos, e mesmo o conteúdo dessa fonte ter sido produzido em um contexto em que se vislumbrava uma abertura democrática, o governo municipal campomaiorense ainda expressava louvores àquele acontecimento político de 31 de março de 1964, procurando reunir a sociedade local nas comemorações à data cívica da chamada “revolução brasileira”.

Tal iniciativa pode ser analisada na perspectiva da legitimação da ditadura na cidade, por meio da qual se intencionava construir uma memória gloriosa do regime que seria reproduzida no futuro e, mais ainda, demonstrar a sintonia do poder público municipal com a fabricação de uma representação que legitimasse o regime, inserindo-o do lado daqueles que seriam responsáveis pelo progresso e desenvolvimento do Brasil.

Considerações Finais

Na análise dessa parte da história de Campo Maior, compreendemos que foi aquilo que identificamos como sendo uma *cultura política campomaiorense* que, alicerçada sob valores, discursos e práticas de uma tradição política que remonta às origens da cidade, norteou o comportamento de diferentes esferas e grupos da sociedade local conduzindo-os a

se tornarem agentes legitimadores da ditadura civil-militar em Campo Maior, sobretudo da elite política local, cujas representações da ditadura aqui foram problematizadas.

Esse comportamento não é uma página isolada da história local, mas faz parte de uma complexa articulação existente entre a política, a cultura e a sociedade campomaiorenses. Herdeira de uma tradição que protagonizava há muito tempo a história política local, a elite política campomaiorense que comandava a cidade no período do início da ditadura, urgiu em demonstrar seu apoio àquele novo regime que se instaurava no país e, dessa forma, manter assegurados seus privilégios, colocando-se como um braço do governo naquela pequena cidade piauiense. Todavia, sem se desfazer dessa mesma tradição, reproduzindo as disputas, os conflitos e os arranjos que são uma marca da cultura política campomaiorense.

Fontes

8º ANIVERSÁRIO da Revolução. **A Luta**, ano 5, n. 208, s/p, 30 mar. 1972.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária**. 06 de abril de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária**. 07 de abril de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária**. 07 de abril de 1969.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR. **Ata da sessão ordinária**. 15 de fevereiro de 1977.

CAMPO MAIOR. Decreto nº 6. 30 de março de 1978. **Prefeitura Municipal de Campo Maior-PI**. Decreta feriado no dia 31 de Março de 1978 em comemoração à Revolução de 1964.

LOPES, Luís de Ribamar Osório Lopes. **Entrevista concedida a Ramsés Eduardo Pinheiro e Phelipe Cunha**. 11 de abril de 2010 na Fazenda Matinhos, Campo Maior-PI.

CINCO anos de Revolução. **A Luta**, ano 2, n. 71, s/p. 30 mar. de 1969

MENSAGEM do prefeito pelos 10 anos de Revolução. **A Luta**, ano 8, n. 309, s/p., 31 de mar. de 1974.

SOUSA, Antonio Damião de. **O homem e a terra: a ditadura militar e latifundiários contra os camponeses**. Campo Maior: Edição do autor, 2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (TRE-PI). Disponível em <https://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992>. Acessado em 17 de jun. de 2020.

Referências bibliográficas

ATANÁSIO, Francisco Chagas O.; ROCHA, Damião de Cosme de C. *Dentre lutas, lidas e labutas: Memórias e narrativas sobre o processo de formação das ligas camponesas no Piauí e*

suas experiências organizativas na “terra dos carnaubais” (Fazenda Matinhos/Campo Maior). **Vozes, Pretérito & Devir**. Teresina, vol. 1, n. 1, ano 1, dez. 2012-fev. 2013, p. 72-91.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

_____. Os Partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CHAREAUDEAU, Patrick. O discurso político. In: EMEDIATO, Wander, et. al. **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. 2. ed. Lisboa: Memória e sociedade, 2000.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAVES, Celson. **Câmara Municipal de Campo Maior: 256 anos de história (1762-2018)**. Teresina: Gráfica SP LTDA, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: Aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JESUS, Pauliana Maria de. **A cidade dos desejos: Reflexões sobre a modernização em Campo Maior-PI (1930-1970)**. – Teresina: Cancioneiro, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LIMA, Reginaldo Gonçalves de. **Geração Campo Maior: anotações para uma enciclopédia**. Teresina: Júnior, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 18-37.

PEREIRA, Raimundo Nonato Bitencourt. **Modernização urbana de Campo Maior no período áureo da cera de carnaúba (1930-1947)**. 2015. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2015.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: _____ (coord.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. 1º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5).

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: Eduel, 2013.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Edunicamp. 2007.

SILVA, Sônia Maria de Meneses da. **A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de**

São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de esperança:** camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Linguagens, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.